

CONTABILIDADE NA PRÁTICA

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2025 DIRETORIA DE CONTABILIDADE GERAL DO ESTADO 2° QUADRIMESTRE







2° Quad.

Resumo da Execução Orçamentária 2025



Receita Realizada

R\$ 52,17



Despesa Empenhada

R\$ 53,12



Receita Corrente Líquida Ajustada 2º Quad

R\$ 69,77



Gasto com Pessoal 42.23%

R\$ 29,46

Os montantes relativos ao Gasto com Pessoal e à RCL referem-se ao valor do Poder Executivo.

O Balanço Orçamentário (BO) é uma ferramenta de controle do gasto público, pois evidencia, além do orçamento planejado, o orçamento realizado. O resultado orçamentário é apurado pelo confronto de receitas arrecadadas e despesas empenhadas ao final do exercício, porém, até o 5º bimestre evidencia-se o confronto das receitas arrecadadas com as despesas liquidadas. Neste sentido, pode-se conferir que o Estado apresenta um **superávit de R\$6.473 bilhões** no 2º quadrimestre do exercício de 2025.

RECEITAS REALIZADAS

DESCRIÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZADA ATÉ O BIMESTRE	% REALIZAÇÃO
RECEITAS CORRENTES	73.246.671.704	51.760.078.988	70,67%
RECEITAS DE CAPITAL	1.485.058.058	417.507.592	28,11%
TOTAL	74.731.729.762	52.177.586.580	69,82%



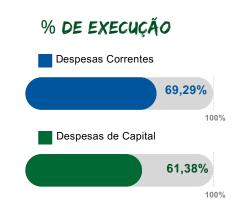
A Receita apresentada é relativa às receitas previstas e realizadas, incluindo as Intraorçamentárias.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O quadro das receitas orçamentárias visa demonstrar o que o Estado previu de arrecadação na Lei Orçamentária Anual - LOA, somado com suas alterações, e quanto efetivamente realizou. Se comparado com o quadrimentre anterior, o 2º quadrimestre de 2025 demonstra um crescimento de mais de de 30 (trinta) pontos percentuais de arrecadação.

DESPESAS EXECUTADAS

DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	REALIZADA ATÉ O BIMESTRE	% REALIZAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	67.879.128.284	47.035.854.487	69,29%
DESPESAS DE CAPITAL	9.923.478.046	6.091.411.166	61,38%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.273.672	-	-
TOTAL	78.202.880.002	53.127.265.653	67,94%

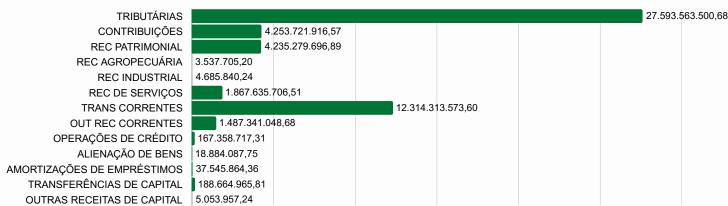


A Despesa apresentada é relativa às despesas fixadas e empenhadas incluindo, as Intraorçamentárias.

Referente às Despesas Correntes, verifica-se aproximadamente 70% de execução, que se refere principalmente aos serviços de manutenção das atividades públicas.



RECEITAS REALIZADAS

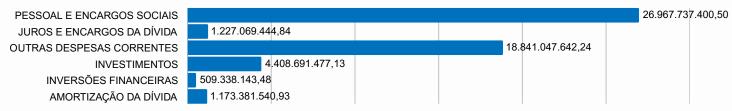


O gráfico acima demonstra a arrecadação de todas as receitas do Estado por Origem, inclusive as Intraorçamentárias.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ORIGEM

A Origem da Receita visa permitir a identificação da procedência dos recursos no momento em que ingressam nos cofres públicos. Pode-se averiguar que a maior parte da arrecadação advém dos tributos, o equivalente a pouco mais de 52,80% dos ingressos, seguido das transferências correntes, que, por sua vez, tomou aproximadamente 24% da receita orçamentária.

DESPESAS EMPENHADAS



O gráfico acima demonstra toda a despesa realizada (empenhada) por Grupo de Despesa, inclusive as Intraorçamentárias.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA - GRUPO DE DESPESA

Os Grupos de Despesa são agregadores de elementos de despesa orçamentária, que permitem acompanhar as características do objeto do gasto.

Conforme se observa no gráfico, os maiores grupos são de pessoal e outras despesas correntes, que equivalem a aproximadamente 50% e 35%, respectivamente, da despesa realizada.

RESTOS A PAGAR

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO	PAGAMENTOS	CANCELAMENTOS	SALDOS
PROCESSADOS	R\$ 277.921.499	R\$ 202.391.285	R\$ 16.595.003	R\$ 58.935.210
NÃO PROCESSADOS	R\$ 7.109.315.456	R\$ 3.982.590.662	R\$ 748.338.957	R\$ 2.378.385.836
TOTAL	R\$ 7.387.236.956	R\$ 4.184.981.948	R\$ 764.933.961	R\$ 2.437.321.046

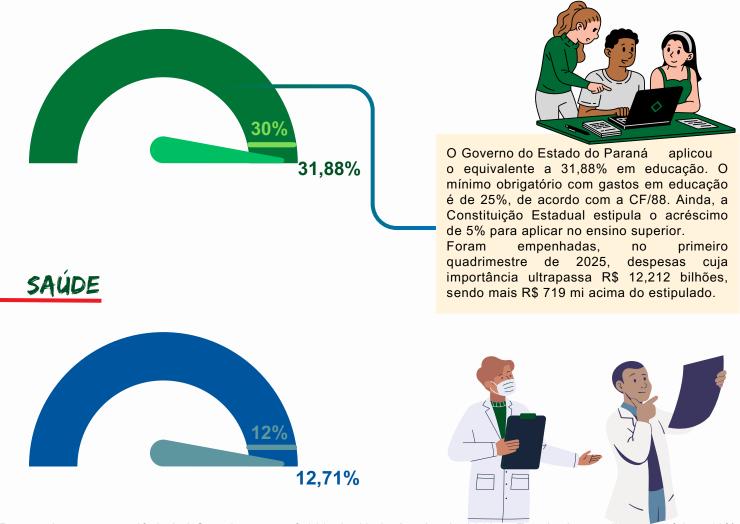
RESTOS A PAGAR - RP

Os Restos a Pagar se referem às despesas que foram empenhadas em exercícios anteriores, mas não foram pagas ao final do exercício. Os RP não Processados tratam das despesas que foram empenhadas, mas não liquidadas, enquanto os Processados, são aquelas despesas que foram liquidadas, mas não pagas.

No exercício de 2025, considerando o 2º quadrimestre, o Estado já cumpriu sua obrigação com os credores, em mais de 56% (pagamentos realizados); pouco mais de 10% dos RP foram cancelados, restando, assim, um saldo de 32,99% em aberto.



MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE



De acordo com o art. 6º da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, o Estado deve aplicar no mínimo 12% da arrecadação líquida dos impostos em saúde. A despesa empenhada no período foi de **R\$ 4.870.548.724,98**.

O equivalente a 12,71%, ou seja, foram investidos mais de 273 milhões acima do limite, até o segundo quadrimestre.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA



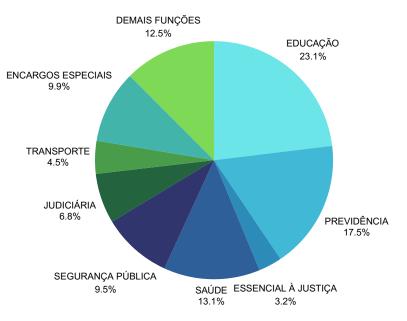
De acordo com a Constituição Estadual o Estado deve promover o desenvolvimento científico e tecnológico através do fortalecimento e da constante modernização do sistema produtivo estadual. A destinação do recurso não pode ser inferior a 2% no ano.

Da Receita Líquida de Impostos, o Estado já destinou mais de **R\$ 213,75 milhões** de recursos para investimentos em Ciência e Tecnologia.



DESPESAS POR FUNÇÃO

12 – EDUCAÇÃO	12.260.577.753
09 – PREVIDÊNCIA SOCIAL	9.297.660.428
10 – SAÚDE	6.954.164.083
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	5.257.930.164
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	5.058.692.107
02 – JUDICIÁRIA	3.607.123.902
26 – TRANSPORTE	2.371.207.296
03 – ESSENCIAL À JUSTIÇA	1.688.428.653
DEMAIS FUNÇÕES	6.631.481.258



DESPESA POR FUNÇÃO

A Despesa por Função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público (MCASP, 11ª ed., p. 74). A função está, em sua grande maioria, relacionada com a missão de cada órgão do Estado. Pode-se exemplificar dos gastos acima, que geralmente seguem as secretarias de referência como educação, saúde, segurança pública.

Compõe o grupo das demais funções os gastos com Assistência Social, Trabalho, Cultura, Direitos da Cidadania, Habitação, Gestão Ambiental, entre outras funções.

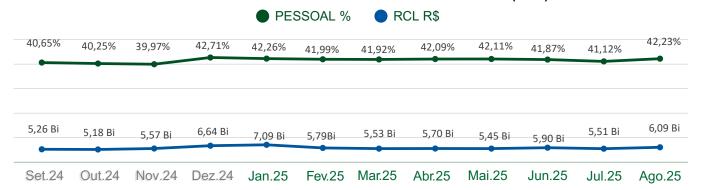
DESPESAS COM PESSOAL

Para o cálculo da **despesa bruta com pessoal**, deve-se considerar o mês de referência e os 11 (onze) meses anteriores, assim, o acompanhamento no segundo quadrimestre do exercício, leva em consideração também as receitas e despesas realizadas no último quadrimestre do exercício passado.

DESPESAS COM PESSOAL

O montante aplicado na Despesa com Pessoal referente ao Poder Executivo é de R\$ 29.464.958.441, enquanto a Receita Corrente Líquida Ajustada foi de R\$ 69.774.091.880, ou seja, o equivalente a 42,23%.

DESPESA COM PESSOAL x RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (MÊS)





(2024),

RESULTADO PRIMÁRIO

Resultado Primário (Acima da Linha)

Com RPPS: 237.408.608 Sem RPPS: 5.071.639.907

Meta Fiscal Resultado Primário 1.940.256.242

Resultado Nominal (Abaixo da Linha) sem RPPS: 4.149.174.721

Meta Fiscal Resultado Nominal 5.003.926.829

Um dos objetivos do relatório de Resultado Primário e Nominal é o de verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, gerando assim um elo entre o planejamento, entre a elaboração e a execução do orçamento público.

O Resultado Primário leva em consideração, inicialmente, o confronto entre as receitas e despesas primárias, que são aquelas não financeiras. Por outro lado, o Resultado Nominal abarca as receitas e despesas "financeiras", referentes aos juros e outros encargos da dívida, que foram desconsideradas para o Resultado Primário.

O Resultado Primário superavitário indica que o Estado tem arrecadado mais recursos que realizado despesas. De modo contrário, pode-se dizer que quando o Resultado Primário é deficitário, o Estado está gastando mais do que arrecadando. Vale lembrar que para fins de Resultado Primário, não consideramos as receitas e despesas financeiras.

Assim, em um ambiente de dívida pública, o superávit permite que se pague os juros e amortize a dívida, impedindo o crescimento desta.

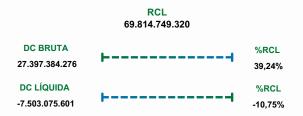
DÍVIDA CONSOLIDADA

	2024	2025
Dívida Consolidada	29.202.226.015,14	27.397.384.276,27
Deduções	32.556.126.895,04	34.900.459.877,48
Disp de Caixa	32.541.373.677,46	34.591.867.619,89
Disp de Caixa Bruta	33.992.875.559,02	36.599.304.334,22
(-) Restos a Pagar Processados	276.678.346,02	84.627.895,84
(-) Depósitos Restituíveis	1.174.823.535,54	1.922.808.818,49
Demais Haveres Financeiros	14.753.217,58	308.592.257,59
Dívida Consolidada Líquida	-3.353.900.879,90	-7.503.075.601,21
VARIAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	SOLIDADA 4.149.174.721,31	

percebe-se uma diminuição da Dívida Consolidada. Por outro lado, ocorreu o aumento da Disponibilidade de Caixa.

Em relação ao exercício anterior

Pode-se conferir o "aumento" da Dívida Consolidada Líquida negativa, significa que o Estado tem aumentado o poder de cumprir com suas obrigações.



RPPS

O Governo do Estado administra o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que é o sistema de aposentadoria dos servidores e servidoras estaduais. O Estado recolhe, no pagamento do salário para os servidores, uma contribuição que será destinada ao RPPS, assim como o Governo Federal faz com todos os trabalhadores no Regime Geral de Previdência Social.

Como a contribuição dos servidores não é suficiente para todas as despesas do RPPS (aposentadorias e pensões), se diz que o RPPS é deficitário. O déficit do RPPS é coberto por recursos arrecadados pelo Estado. Essa quantia para cobrir o déficit é chamada Recursos Para Cobertura da Insuficiência Financeira.

Confere-se abaixo, conforme resultado previdenciário, que relativamente aos Fundos Financeiro e Militar houve déficit. Nesse sentido, o aporte para a cobertura da insuficiência superou o déficit em mais de R\$ 265 milhões.



Fundo Previdenciário: 610.931.059 Fundo Financeiro: -4.125.468.852

Fundo Militar: -1.053.205.577

Recursos p/ cobertura de Insuf. Financeira 5.443.925.851



O saldo para 2025 se refere ao segundo quadrimestre do exercício.